



CONTRADITÓRIO
think tank

Miguel Mata Pereira | Aprendizagem ao longo
da vida: O Programa “Educação e Formação
2010”

Policy Paper 10/02 | Março 2010



Aprendizagem ao longo da vida: O Programa “Educação e Formação 2010”

Miguel Mata Pereira

Policy Paper 10/02
Março 2010

Contraditório
www.contraditorio.pt

e-mail: info@contraditorio.pt

As opiniões expressas no artigo são da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não coincidem necessariamente com a posição do Contraditório.

O Contraditório é uma associação sem fins lucrativos, independente e sem qualquer vínculo político-partidário, que tem como missão divulgar boas práticas e propor soluções inovadoras. Acreditamos que a liberdade cria espaço para a criatividade, o mérito e a responsabilidade. O Contraditório assume a sua missão com coragem e confiança, sem medo e sem favor.

Os estudos do Contraditório procuram estimular o debate de ideias.

Citation: Miguel Mata Pereira, Aprendizagem ao longo da vida: O Programa “Educação e Formação 2010”, Policy Paper 10/02, Março 2010, Contraditório, www.contraditorio.pt

Copyright: Este Policy Paper é disponibilizado de acordo com os termos da licença pública creative commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/deed.pt>).



RESUMO

A ideia de que vivemos numa *polis* norteada pelo Conhecimento e Informação é um lugar-comum, reconhecido pela maioria dos cidadãos. Porém, muitas questões permanecem por debater à medida que tentamos tornar esta concepção numa realidade quotidiana. Um dos debates actuais centra-se sobre a problemática das competências que os cidadãos europeus deverão adquirir no âmbito da sua educação escolar e formação inicial e contínua, de forma a poderem agir a sua cidadania e contribuir para a inovação e mudanças sociais, renovando os valores da democracia, da participação cívica e da responsabilidade social.

Desde a década de 90 do século passado que diferentes especialistas têm vindo a reflectir sobre esta temática, enfatizando o facto dos conhecimentos adquiridos na formação escolar e académica não estarem adequados às reais necessidades quotidianas dos cidadãos, não lhes permitindo solucionar os seus problemas e distanciando-os da vida política e dos processos de decisão democrática para os quais todos somos convocados.

Pretendo com este artigo retratar e analisar o trabalho desenvolvido em torno das políticas para a aprendizagem ao longo da vida no contexto do Programa Europeu “Educação e Formação 2010”.

Palavras-chave: Educação; formação; competências; aprendizagem ao longo da vida; qualificações; empregabilidade

Autor: Miguel Mata Pereira

e-mail: mmp@contraditorio.pt



“A quem compete definir as competências-chave necessárias a todos para viver no século XXI? (...) A questão é ética e política. Nenhuma lista de competências-chave surge espontaneamente da observação das práticas sociais e da evolução das sociedades. Qual a legitimidade, quais as premissas daqueles que vão construir essa lista? Poderão, saberão, quererão acautelarem-se contra a tentação de projectar no mundo os seus próprios valores? Bastará que sejam vários para serem representativos?”

Perrenoud, P. (2003, p.72)

Enquadramento Geral

Em 1994, a *European Round Table of Industrialists* (ERT), por intermédio do seu grupo para as políticas educativas, publicou um documento denominado “*Education for Europeans: Towards the Learning Society*” onde foram manifestadas as principais preocupações em relação aos problemas económicos e sociais de uma Europa que se debatia com a pressão da competitividade dos mercados globais e com a importância do investimento no potencial humano, nomeadamente no que respeita aos sistemas educativos e de formação dos cidadãos europeus.

As considerações iniciais deste documento de referência apontavam para o facto da existência de um hiato entre a educação de base proporcionada pelos sistemas educativos e de formação inicial e as necessidades reais do mundo do trabalho, com particular destaque para as competências necessárias para a integração no mercado laboral e para a empregabilidade. A ERT lançou então o alerta para esta problemática, referenciando que em função desta desadequação os estudantes se mostravam desiludidos com a qualidade e eficácia da sua formação inicial, demonstrando baixas expectativas em relação ao seu futuro profissional.



Em face desta conjuntura, alguns desses alunos acabariam mesmo por desistir precocemente da escola (engordando os números relativos ao absentismo escolar) ou prolongando por mais anos do que os necessários a conclusão da escolaridade obrigatória, atrasando (e com isso dificultando) a sua entrada para o mundo do trabalho qualificado.

Em consequência destas transformações, a sociedade europeia começou a denotar uma crescente preocupação económica e social por considerar que esta situação acarretaria uma cada vez menor qualificação dos profissionais (atrasando a capacidade competitiva do mercado europeu face a outros mercados mundiais) e um défice de cidadania e participação democrática activa dos cidadãos europeus. Neste sentido, a ERT apontava para a problemática do desperdício do potencial humano, os únicos verdadeiros recursos da Europa para fazer frente ao futuro numa Sociedade do Conhecimento e da Informação.

Ainda de acordo com a ERT, uma das principais mudanças operadas no final do século passado foi o fim do conceito de emprego para toda a vida. Efectivamente, a noção de que uma pessoa pode fazer todo o seu percurso profissional estando vinculada a um único emprego ou local de trabalho é hoje nada mais que uma utopia. Pelo contrário, aquilo que se constata é uma cada vez maior mobilidade profissional, implicando um reconhecimento e valorização de novas competências profissionais como a flexibilidade, a iniciativa, a disponibilidade e vontade para assumir responsabilidades, o trabalho em equipa. Estes novos conceitos que dominam os mercados de trabalho e as políticas de empregabilidade criaram a necessidade de reforço do investimento nas aprendizagens iniciais ao nível da escolaridade e a crescente preocupação com as aprendizagens ao longo da vida, mediante a aposta nos processos de formação continuada.

Toda esta aceleração da aquisição e mobilização de conhecimentos para fazer prevalecer e garantir a empregabilidade redundaram numa profunda mudança ao



nível do tecido societal contemporâneo, para muitos entendida mesmo como uma crise de valores, com a emergência de novas problemáticas sociais (como a diminuição sistemática da taxa de natalidade e consequentes envelhecimento das populações, ou a fragmentação da família tradicional) ou com o agravar de problemáticas já existentes (como o crescente aumento da taxa de desempregados).

As competências para a aprendizagem ao longo da vida: Percurso evolutivo

Com o intuito primordial de discutir os objectivos da sociedade actual, apelidada de Sociedade do Conhecimento e da Informação, os países da União Europeia reuniram-se em Março de 2000, em Lisboa, no âmbito de um Conselho Europeu. Este encontro histórico, que viria a ser denominado de Cimeira de Lisboa, lançou as bases e orientações estratégicas para o progresso e desenvolvimento sustentável da União Europeia para a primeira década do século XXI. Nesta Estratégia de Lisboa ficou definido como objectivo primordial:

Tornar a Europa na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo até 2010.

A Cimeira de Lisboa lançou os seguintes objectivos de base para o conjunto dos seus Estados-Membros:

Garantir o crescimento económico sustentável;

Mais e melhores empregos;

Maior coesão social.

Um dos documentos criados a partir desta Cimeira, intitulado Programa *Educação e Formação 2010*, proclamava que os eixos fundamentais de actuação deveriam assentar na educação, na formação inicial e contínua, e na imperativa



urgência na qualificação dos profissionais para uma empregabilidade cada vez mais produtiva e competitiva. Neste sentido foi reforçada a necessidade de garantir o acesso à educação e formação ao longo da vida para todos os cidadãos, nomeadamente através do investimento na formação de novas competências, sublinhando a importância crucial das áreas: *Tecnologias de Informação e Comunicação; Cultura tecnológica; Línguas estrangeiras (em particular a Língua Inglesa); Empreendedorismo; Competências sociais.*

A estruturação do Programa *Educação e Formação 2010* ficou a cargo de grupos de peritos que se organizaram em torno de Programas de Trabalho Especializados, entre os quais se pode destacar o grupo de trabalho sobre as competências-chave para aprendizagem ao longo da vida. Este grupo de especialistas definiu como objectivos:

A identificação e definição das novas competências;

A integração destas competências nos currículos, de forma a poderem ser mantidas, desenvolvidas e aprendidas ao longo da vida.

Um ano mais tarde, em 2001, este grupo de peritos reunidos em Estocolmo apresenta o relatório *Objectivos Concretos para o Futuro dos Sistemas de Educação e Formação* onde são apontados novos objectivos estratégicos:

Qualidade;

Acesso e abertura dos sistemas educativos;

Acesso e abertura dos sistemas de formação.

Porém, apenas em 2002, no Conselho Europeu de Barcelona, surgirá um Programa de Trabalho com o intuito da implementação de todos os objectivos estratégicos reportados anteriormente. Este programa nomeia e explicita a importância primordial das seguintes competências:



Literacia e numeracia (competências de base);
Competências de matemática, ciências e tecnologia;
TIC e o uso de tecnologias;
Aprender a aprender;
Competências sociais;
Empreendedorismo;
Cultura geral.

Neste mesmo programa são ainda apontadas como áreas sensíveis de intervenção:

Estratégias de inovação e melhoramento das competências básicas;
Literacia digital;
Línguas estrangeiras;
Dimensão Europeia e sua integração nos currículos.

Durante esta Cimeira de Barcelona o grupo de trabalho relativo à definição das competências-chave para o século XXI começa a reduzir a amplitude das hipóteses referentes ao número de competências a definir, referindo que na sua concepção estas competências deverão ser entendidas como uma interconexão entre *conhecimentos, capacidades e atitudes*.

Em 2004 é apresentado à Comissão Europeia o *Relatório Intermédio sobre o progresso do Programa “Educação e Formação 2010*. Tendo por base os indicadores referenciados neste relatório de balanço dos trabalhos desenvolvidos, é reiterada a necessidade do investimento da integração da dimensão Europeia nos sistemas de educação e de formação dos países da União Europeia, para além da dimensão das políticas nacionais. Em particular, são dadas indicações para o reforço desta dimensão Europeia ao nível do grupo de trabalho sobre competências-chave.



Outra das conclusões importantes deste relatório intermédio foi a referência para uma mudança de enfoque do ensino para a aprendizagem, e a necessidade da aquisição de competências mais globais para o sucesso das aprendizagens não apenas ao nível da escolaridade, mas ao longo da vida.

O grupo de peritos sobre competências-chave assume então uma nova postura, substituindo a noção de competências-chave para o século XXI pela noção mais abrangente e global de *competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida*, considerando que estas competências são fundamentais na Sociedade do Conhecimento e da Informação e que deverão intervir em três eixos paralelos:

Realização pessoal (noção de capital cultural);

Cidadania e Inclusão social (noção de capital social);

Empregabilidade (noção de capital humano).

Tendo por base o reforço embutido por este enquadramento, as competências-chave passam a ser entendidas como uma *ferramenta de referência* de políticas nacionais para a criação de oportunidades de aprendizagem para todos os cidadãos ao longo da vida, nos contextos educativos e de formação contínua. É então definido o conceito de competência-chave:

Conjunto de conhecimentos, capacidades e atitudes transferíveis e multifuncionais, incluindo também a motivação ou a disposição para aprender para além do saber-fazer.

Esta concepção, dissecada à luz deste novo enquadramento, envolve e implica diferentes conceitos:

Transferência de conhecimentos (do contexto de aprendizagem para o contexto de realização);

Mobilização de conhecimentos em contexto (saber – fazer);



Aprendizagens funcionais (conhecimentos com utilidade e relevância social);
Multidisciplinaridade (cruzamento de saberes e de diferentes perspectivas sobre a realidade);

Aprendizagem ao longo da vida (autonomia e disponibilidade para novos processos de aprendizagem, de acordo com as necessidades e motivações profissionais e pessoais).

Depois de tomar em linha de conta estas conceptualizações, o grupo de peritos elenca, finalmente, oito competências chave para a aprendizagem ao longo da vida, reforçando a noção de que as competências deverão estar desenvolvidas no final da escolaridade obrigatória podendo ser adaptáveis às diferentes especificidades culturais, linguísticas, sociais e contextuais, actuando como uma fundação que permita a formação contínua como parte da aprendizagem ao longo da vida.

Competências chave para a aprendizagem ao longo da vida

1. Comunicar na língua materna

Capacidade para expressar e interpretar pensamentos, sentimentos e factos tanto na forma oral como na escrita no conjunto dos contextos sociais e culturais.

2. Comunicar numa língua estrangeira

Capacidade para compreender, expressar e interpretar pensamentos, sentimentos e factos tanto na forma oral como na escrita em contextos sociais e culturais noutras línguas para além da materna ou das línguas oficiais de instrução escolar, de acordo com desejos e necessidades pessoais.



3. Literacia matemática e competências básicas para as ciências e tecnologia

No seu nível mais básico, a literacia matemática compreende o uso das operações elementares, de percentagens e fracções no âmbito do cálculo, com a finalidade de resolução de problemas. Num nível mais complexo envolve a capacidade e motivação para usar modelos de pensamento matemático, e sua respectiva representação, com aplicação universal na explicação e descrição da realidade.

As competências básicas para as ciências e tecnologia envolvem a capacidade para mobilizar os conhecimentos e a metodologia utilizados no campo da ciência para explicar o mundo natural. A competência em tecnologia é considerada como a aplicação do conhecimento científico de forma a modificar o ambiente como resposta aos desejos e necessidades humanas.

4. Competência digital

Confiança e a utilização crítica da Sociedade da Tecnologia e Informação (STI). Esta competência está relacionada com o pensamento lógico e crítico, com a capacidade de manipular informação de elevada complexidade e com o desenvolvimento de competências comunicacionais apropriadas. No seu nível mais básico, as competências STI compreendem o uso de tecnologia multimédia para pesquisar, aceder, armazenar, produzir, apresentar e trocar informação e a capacidade para comunicar e participar em redes através da Internet.

5. Aprender a aprender

Aprender a aprender compreende a disposição e a capacidade para organizar e regular a própria aprendizagem, tanto individualmente como em grupo. Inclui a capacidade para controlar o tempo necessário para a resolução de problemas, e



para adquirir, processar, avaliar e assimilar novos conhecimentos e sua aplicação. Em termos mais gerais, aprender a aprender contribui para a gestão vocacional e profissional de cada pessoa.

6. Competências cívicas e de relacionamento interpessoal

As competências interpessoais englobam todas as formas de comportamento que uma pessoa deverá dominar de forma a participar eficientemente e a resolver conflitos na vida social, em interacção com outros, em contextos pessoais, familiares e públicos.

O âmbito das competências cívicas é mais alargado do que o das competências interpessoais em virtude da sua presença ao nível societal. O civismo pode ser entendido como um conjunto de competências que permitem que uma pessoa participe activamente na vida pública.

7. Empreendedorismo

Empreender engloba uma componente activa e uma componente passiva, este conceito pode ser entendido como uma propensão para inovar mas também como a capacidade para acolher e desenvolver a inovação proveniente de factores externos. Inclui acolher a mudança, assumir responsabilidades pelas próprias acções, a formulação de objectivos e a tentativa do seu cumprimento e a vontade e motivação para o sucesso.

8. Expressão cultural

Apreciação da importância da expressão criativa de ideias, experiências e emoções numa vasta amplitude de diferentes modalidades de expressão artística, incluindo a música, a expressão corporal, as artes plásticas e a literatura.



Aprendizagem ao Longo da Vida:

Balço e Análise Global do Programa “Educação e Formação 2010”

A Presidência da UE, reunida em Conselho dos Estados-Membros em Março de 2005, concluiu que após 5 anos do lançamento da Estratégia de Lisboa, os resultados então obtidos poderiam ser considerados miscigenados, conjugando progressos e atrasos na aplicação das políticas estratégicas enunciadas. Ciente do impacto de reformas atrasadas ou incompletas, a UE decide relançar a Estratégia de Lisboa, recentrando como prioridades o crescimento económico e o emprego, apostando na renovação da competitividade, aumentando o potencial de produtividade e reforçando a coesão social, dando ênfase particular ao conhecimento, inovação e optimização do capital humano.

Neste mesmo encontro é reiterada a ideia de que o capital humano é o trunfo mais importante da Europa. É recomendado que os Estados-Membros invistam no aumento dos padrões globais da educação e que reduzam as taxas de absentismo escolar. O Programa “Educação e Formação 2010” é reinvestido e a aprendizagem ao longo da vida é conotada como condição *sine qua non* para a consecução dos objectivos da Estratégia de Lisboa.

Três anos mais tarde, em Dezembro de 2008, numa nova comunicação da Comissão Europeia, é apresentado o Quadro Estratégico actualizado para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação. Este documento apresenta um balanço da implementação do Programa “Educação e Formação 2010”, sublinhando a noção da necessidade de novas competências para novos empregos. Neste âmbito, a aprendizagem ao longo da vida deverá constituir-se como pedra-de-toque das políticas dos Estados-Membros, permitindo que os cidadãos adquiram competências essenciais desde cedo e que possam ir actualizando este conjunto de competências ao longo da vida. Para o efeito, os



sistemas de educação e formação deverão tornar-se mais capazes de responder à mudança e estar mais abertos ao mundo exterior.

Em 18 de Janeiro de 2010 é apresentado o Relatório Intercalar Conjunto do Conselho e da Comissão Europeia sobre a aplicação do Programa “Educação e Formação 2010” reiterando-se a necessidade de todos os cidadãos melhorarem as suas competências essenciais tendo em vista o crescimento económico e o emprego, a equidade e a inclusão social.

De acordo com o relatório, a actual recessão económica colocou os orçamentos públicos e privados sob forte pressão: a UE apresenta uma média de 7% no que respeita aos défices orçamentais e níveis de despesa pública média acima dos 80%; agravou o problema do desemprego de forma muito acentuada: a taxa de desemprego esperada na EU até ao final de 2010 é de 10,3% - níveis de desemprego da década de 1990 - afectando mais de 23 milhões de pessoas; a taxa de desemprego entre os jovens situa-se acima dos 21%. Este relatório reforça a ideia de que a escassez de empregabilidade existente actualmente só poderá ser contrariada mediante a aposta na formação em novas competências, de nível mais elevado, através da adequação e adaptação dos sistemas de ensino e formação às necessidades dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade em geral.

Tendo em consideração que os diversos Estados-Membros têm situações nacionais diversas, foi criado o Método Aberto de Coordenação (MAC) que permitiu a definição de um conjunto de objectivos partilhados, avaliados em função de indicadores e de valores de referência comuns e em conformidade com as orientações integradas para o crescimento e o emprego. Com a introdução do MAC foi possível extrapolar resultados relativos à implementação do Programa “Educação e Formação 2010”, mostrando que os progressos variam consideravelmente entre os Estados-Membros e que em alguns domínios considerados essenciais são insuficientes.



Se tomarmos em linha de conta a média europeia em relação ao progresso no cumprimento de cinco indicadores de referência: (1) Licenciados em Matemática, Ciências e Tecnologia; (2) Participação nos Programas de Aprendizagem ao Longo da Vida; (3) Abandono Escolar Precoce; (4) Conclusão do Ensino Secundário; (5) Aproveitamento em Leitura, podemos referenciar, de acordo com a comunicação da Comissão Europeia, que apenas o primeiro indicador foi cumprido. Os indicadores 2, 3 e 4 ficaram aquém do expectável e para o indicador 5, verificou-se mesmo uma inflexão, com os resultados a denotarem um decréscimo considerável dos desempenhos em leitura.

Vistos numa perspectiva global, os resultados da UE em matéria de educação e formação estão entre os melhores do mundo, mas as comparações com outros países da OCDE revelam atrasos significativos, tanto a nível do ensino básico como a nível do ensino superior. Em particular, os resultados do estudo PISA de 2006 sobre as competências de leitura dos alunos de 15 anos revelaram que a percentagem de alunos com fraco desempenho tem vindo a aumentar no conjunto da UE. Um outro indicador revela que muitos dos principais concorrentes da UE apresentam taxas mais elevadas de pessoas que concluíram o ensino superior. Para a faixa etária dos 25-64 anos, a média da UE é de 23%, comparados com 40% para o Japão, 39% para os EUA, Austrália e a Coreia, e 27% para a Nova Zelândia. Em último lugar referir também que o ensino superior é, em muitos países fora da UE, alvo de investimentos mais significativos, em particular se tomarmos em consideração o financiamento privado. Esta fonte de financiamento constitui 0.76% do PIB do Japão, 1.91% do PIB dos EUA e apenas 0.23% do PIB da UE. De acordo com a Comissão Europeia, estas comparações provam que para a Europa atingir a ambição de ser a primeira economia e sociedade do conhecimento do mundo, a melhoria destes indicadores deve ocupar um lugar cimeiro nas políticas dos Estados-Membros.

Depois das informações disponibilizadas anteriormente, e de acordo com os relatórios de progresso consultados, pode ser feita uma análise global, ao nível do



conjunto dos Estados-Membros da Comissão Europeia, do impacto do Programa “Educação e Formação 2010”.

Aspectos positivos

Embora se tenha registado uma melhoria geral dos resultados da EU em matéria de educação e formação, com progressos observáveis em muitos dos indicadores, tal não significa que este ritmo de progressão seja homogéneo entre os Estados-Membros. Os esforços e as reformas em curso deverão ser continuadas, sendo a sua sustentabilidade um dos desafios mais prementes da UE. Não obstante, nas áreas referenciadas seguidamente, a maioria dos países concluiu a implementação de reformas, está de momento a aplicá-las ou em vias de o fazer.

Estratégias de aprendizagem ao longo da vida e sistemas de qualificações

Na maior parte dos países foram implementadas estratégias explícitas neste domínio. Estas estratégias integram uma visão abrangente de aprendizagem ao longo da vida, englobando todos os tipos e níveis de educação. Houve também um reforço das políticas de educação e formação, com efeito no domínio das reformas curriculares, contribuindo para a coerência global dos sistemas e para uma distribuição dos recursos mais adequada e adaptada às novas realidades societais.

Quadros de qualificações e validação da aprendizagem não formal e informal

Estão a ser implementados sistemas de validação da aprendizagem não formal e informal. A aprendizagem não formal reporta-se aos conhecimentos que são adquiridos em contextos educacionais através de actividades organizadas e sistemáticas que ocorrem fora do quadro do sistema formal das aprendizagens escolares, baseando-se sobretudo na noção do cidadão como formando e na sua motivação intrínseca e voluntária. A aprendizagem informal reenvia para a aquisição de conhecimentos que ocorre no decurso de encontros, leituras,



acontecimentos, divulgação de notícias pelos meios de comunicação social, actividades de tempos livres.

Pretende-se através da conjugação dos efeitos da educação formal, não formal e informal que o desenvolvimento de competências ao longo da vida possa decorrer em contextos variados contribuindo assim para a formação permanente/contínua dos cidadãos e para a certificação das suas competências.

Ensino pré-primário

Em toda a Europa, a importância do ensino pré-primário é reconhecida, reflectindo-se no desenvolvimento de novas abordagens e políticas. A revisão dos conteúdos pedagógicos, a formação de professores, a extensão da escolaridade obrigatória a partes do ensino pré-primário, as avaliações da qualidade e o aumento do investimento, são alguns dos exemplos das medidas postas em acção. Entre 2000 e 2005, a participação de crianças de 4 anos de idade cresceu 3% na EU-27, ultrapassando os 85%.

Ensino superior

A modernização do ensino superior é determinante para a Estratégia de Lisboa, complementando as reformas iniciadas com o processo de Bolonha. Registaram-se progressos em relação à autonomia das universidades, quer do ponto de vista financeiro, quer no que respeita à responsabilização. O grupo de peritos da Comissão sobre o sector do ensino superior está a elaborar um compêndio de melhores práticas em matéria de modernização das universidades, destinado aos responsáveis políticos e ao público em geral.

Educação e formação no contexto mais vasto da política da EU

Os Estados-Membros, na sua maioria, atribuíram, nos respectivos Programas Nacionais de Reforma da Estratégia de Lisboa para 2005-2008, um grande



destaque à educação, à formação e ao desenvolvimento de competências, tomando em linha de conta a importância destas medidas para a aplicação das orientações integradas para o crescimento e o emprego.

Foram alcançados progressos importantes na ligação entre os programas operacionais e as prioridades do programa “Educação e Formação 2010”, sobretudo com a abordagem dos indicadores e dos domínios de referência acordados (por exemplo, o Quadro Europeu de Qualificações).

Aspectos insuficientes

Apesar dos aspectos positivos mencionados, os valores de referência estabelecidos para 2010 não serão, na sua maioria, alcançados. A recessão económica, associada ao desafio demográfico – o envelhecimento da população – está a acelerar, esperando-se que a população activa europeia seja reduzida em cerca de 2 milhões até 2020 – veio acentuar a necessidade da execução de reformas urgentes e a continuidade das reformas já implementadas.

Realização da aprendizagem ao longo da vida

A principal dificuldade das estratégias de aprendizagem ao longo da vida consiste na sua aplicação, que implica um firme empenhamento institucional, e a coordenação e cooperação entre as diferentes partes interessadas. Dados do Eurostat de 2009 mostram que no período de 2001 a 2006 a percentagem do PIB, em média, dos países da EU-27 com despesas de educação permaneceu estável em torno 5,1%.

Competências essenciais para todos

O abandono escolar precoce, a conclusão do ensino secundário, e as competências básicas continuam a ser aspectos muito problemáticos. Os



progressos verificados desde 2000 ficam claramente aquém dos expectáveis para 2010 (considerando os valores de referência europeus a atingir). Para alguns países, a situação até piorou entre 2000 e 2006. Por exemplo, vários países registavam, em 2006, níveis de abandono escolar precoce acima dos 20%. Um em cada seis jovens (15.3%) da EU-27 com idades entre os 18-24 anos abandona a escola apenas com o ensino básico e não volta a participar em nenhum tipo de educação ou formação. Também ao nível da literacia, e em particular ao aproveitamento em leitura, a percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento aumentou de 21,3% em 2000 para 24,1% em 2006. De acordo com os dados do Estudo PISA, os alunos migrantes e os alunos provenientes de grupos desfavorecidos com antecedentes culturais diversos obtêm piores resultados nos domínios de referência na maioria dos países.

Ensino e formação de professores

Professores e formadores defrontam-se com classes cada vez mais heterogéneas, com a exigência de novas competências, com a necessidade de uma atenção redobrada às necessidades individuais de aprendizagem. Uma maior autonomia das escolas implica novas tarefas e funções que ultrapassam em muito o desígnio do ensino e da instrução. No entanto, os sistemas de ensino e formação de professores nem sempre respondem às suas reais necessidades de formação profissional. Este aspecto é particularmente patente na formação contínua e na evolução da carreira dos professores. A título de exemplo referir que a formação em exercício dos professores é obrigatória em onze Estados-Membros.

Ensino superior: excelência, parceria e financiamento

Embora os países estejam a dedicar mais atenção ao reforço do papel das universidades na investigação e na inovação e as parcerias universidade/empresa estejam a generalizar-se, há ainda muito a fazer. Aumentar o investimento, incluindo o de fontes privadas, continua a ser um desafio. A despesa pública com



instituições de ensino superior na UE, incluindo ensino e investigação, foi de 1.1% do PIB para a EU-27 em 2004, variando entre 0.6% em Malta e 2.5% na Dinamarca. Ainda assim, a despesa total continua a situar-se a um nível muito inferior à dos EUA. Este diferendo deve-se ao facto de nos EUA o nível de financiamento privado ser sete vezes mais elevado, com a despesa por estudante do ensino superior a ser mais do dobro da média da UE.

Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida

Este indicador não conseguirá atingir o valor de referência comunitário delineado (12.5% da população adulta). O ritmo de evolução foi muito positivo até 2006, momento em que se verificou um declínio, com 9.6% dos europeus entre os 25 e os 64 anos de idade a participarem em actividades de educação e formação.

Neste indicador verifica-se também um grande desequilíbrio, com os adultos com maiores níveis de habilitações a terem 6 vezes mais probabilidades de participar na aprendizagem ao longo da vida do que os seus pares com baixas qualificações. Para além disso, verifica-se uma forte concentração de pessoas pouco qualificadas entre as populações de migrantes.

Atractividade, qualidade e pertinência do ensino e da formação de profissionais (EFP)

Está ainda muito por fazer no que respeita a este indicador. De resto esta foi a grande prioridade do Congresso de Copenhaga, realizado em Outubro de 2006. Os programas de EFP têm apostado nos resultados das aprendizagens em relação à sua adequabilidade para os mercados de trabalho. Porém, não há progressos salientes a registar nesta matéria, com os cursos de EFP a terem dificuldade em prever as reais necessidades de competências e qualificações exigidas pelo mercado laboral. O EFP tem muitas vezes contra si o facto de estar mal integrado



no resto do sistema educativo, desenvolvendo sinergias pouco significativas no que respeita à preparação dos cidadãos para o mercado de trabalho.

Mobilidade transnacional

Embora se registem progressos na aplicação e uso do Europass, a mobilidade transnacional dos estudantes continua a estar sobretudo ligada aos programas comunitários como o Programa Sócrates (que terminou em 2006), e o Programa Erasmus e aos estudantes do ensino superior. Por exemplo, a mobilidade é obrigatória na Universidade do Luxemburgo. Todos os estudantes matriculados em cursos de licenciatura têm de fazer uma parte dos seus estudos no estrangeiro. Se atentarmos a outros níveis de formação, como o EFP, a mobilidade continua a afigurar-se particularmente difícil.

Aprendizagem ao Longo da Vida:

O Programa “Educação e Formação 2010” no contexto Português

Com base no documento *Projecto de relatório conjunto do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do programa de trabalho “Educação e Formação 2010”*, podemos ter uma noção concreta dos progressos registados em Portugal em relação aos cinco níveis de referência do desempenho médio europeu e outros indicadores-chave nos domínios da educação e da formação.

Em primeiro lugar, considerando a situação de Portugal em relação à adopção de uma estratégia explícita para a aprendizagem ao longo da vida, de um quadro de qualificações, de um sistema de validação da aprendizagem não formal/informal e de objectivos nacionais nos domínios de referência, podemos constatar:



- No âmbito das estratégias nacionais explícitas de aprendizagem ao longo da vida, Portugal dispõe de políticas de aprendizagem ao longo da vida, mas não de uma estratégia explícita.

- No âmbito dos quadros nacionais de qualificações, Portugal está a desenvolver uma estratégia em relação ao quadro de qualificações e ao sistema de validação.

- No âmbito do sistema de validação da aprendizagem não formal e informal, Portugal já tem em prática políticas e estratégias explícitas para a consumação deste domínio, nomeadamente por intermédio dos Centros RVCC.

- No âmbito dos objectivos nacionais definidos para a totalidade ou parte dos domínios europeus de referência, Portugal é um dos países cumpridores deste desiderato.

Considerando seguidamente os resultados de Portugal obtidos nos domínios dos cinco valores de referência, e comparando-os com a média Comunitária, verifica-se:

A. Em relação aos três valores de referência referentes ao nível escolar

A.1) *Aproveitamento em leitura*: Percentagem de alunos com 15 anos de idade com fraco desempenho nas avaliações do PISA na área da leitura (fonte OCDE/PISA 2006)

Alunos com fraco aproveitamento em leitura	
Média Comunitária em 2006	24.1%
Média Portugal em 2006	24.9%



A.2) *Abandono escolar precoce*: Percentagem da população na faixa etária de 18-24 anos que tem apenas uma formação secundária inferior e já não participa em acções de educação ou formação

Abandono escolar precoce	
Média Comunitária em 2006	15.3%
Média Portugal em 2006	39.2% (dado provisório)

A.3) *Conclusão do ensino secundário superior*: Percentagem da população na faixa etária de 20-24 anos que completou no mínimo o ensino secundário superior

Conclusão do ensino secundário	
Média Comunitária em 2006	77.8%
Média Portugal em 2006	49.6%

B. Licenciados em Matemática, Ciência e Tecnologia (MCT): Permilagem de diplomados na faixa etária dos 20-29 anos

Licenciados em MCT	
Média Comunitária em 2005	13.1%
Média Portugal em 2006	12%



C. Participação na aprendizagem ao longo da vida: Percentagem da população na faixa etária de 25-64 anos que participou na educação e formação nas quatro semanas que antecederam o inquérito

Participação na aprendizagem ao longo da vida	
Média Comunitária em 2006	9.6%
Média Portugal em 2006	3.8% (dado provisório)

D. Participação no ensino pré-primário: Taxas de participação das crianças de 4 anos de idade na educação

Participação no ensino pré-primário	
Média Comunitária em 2005	85.7%
Média Portugal em 2005	84%

E. Habilitações escolares da população adulta: População adulta (25 aos 64 anos de idade) que concluiu o ensino superior

Conclusão do ensino superior	
Média Comunitária em 2006	22.9%
Média Portugal em 2006	13.5%



F. Investimento nos recursos humanos: Percentagem da despesa pública e privada na educação em relação ao PIB

Investimento nos recursos humanos	
Média Comunitária em 2004 – Despesa pública	5.09%
Média Portugal em 2004 – Despesa pública	5.31%
Média Comunitária em 2004 – Despesa privada	0.64%
Média Portugal em 2004 – Despesa privada	0.13%

Os resultados comparativos de Portugal com a média dos países de UE nos valores de referência considerados mostram que, não obstante o esforço e das políticas de promoção e desenvolvimento das competências essenciais e da aprendizagem ao longo da vida, ainda não foram atingidos os valores de referência da UE na maioria dos domínios avaliados.

Aprendizagem ao Longo da Vida: Propostas para o futuro

A Comissão Europeia, reunida em final de 2008, propõe novos desafios estratégicos de longo prazo e prioridades imediatas com o intuito de melhorar os níveis das competências dos cidadãos através da aprendizagem ao longo da vida. Especificamente, a Comissão Europeia sugere que a cooperação europeia em matéria de educação e formação se centre em quatro desafios estratégicos que deverão estar consumados até 2020:

1. Fazer da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade dos aprendentes uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da oferta e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa;



4. Encorajar a inovação e a criatividade, incluindo o empreendedorismo, em todos os níveis de educação e formação.

Estes desafios estratégicos devem constituir a base para a cooperação política para o período 2009-2020. Porém, foram estabelecidos objectivos mais específicos e de curto prazo para cada um destes desafios estratégicos para que possam ser investidos com prioridade.

Desafio estratégico: Fazer da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade dos aprendentes uma realidade – aspectos prioritários a focar em 2009-2010:

- Estratégias de aprendizagem ao longo da vida: aplicação de estratégias nacionais de aprendizagem ao longo da vida, dando ênfase à validação da aprendizagem não formal e informal e à orientação.

- Quadro Europeu de Qualificações (QEQ): garantir, até 2010, a correspondência entre todos os sistemas nacionais de qualificação e o QEQ, e incentivar a utilização de uma abordagem baseada nos resultados da aprendizagem no que respeita às normas e qualificações, aos procedimentos de avaliação e validação, às transferências de créditos, aos currículos e à garantia de qualidade.

- Intensificação da mobilidade dos aprendentes: eliminar as barreiras e aumentar as oportunidades de mobilidade na aprendizagem na Europa e no mundo, através de novos instrumentos de financiamento à escala europeia e nacional.

Desafio estratégico: Melhorar a qualidade e a eficácia da oferta e dos resultados – aspectos prioritários a focar em 2009-2010:

- Línguas: permitir aos cidadãos comunicar em 2 línguas para além da língua materna.



- Desenvolvimento profissional dos professores e formadores: repensar os elementos essenciais da formação inicial dos professores e o alargamento da gama e da qualidade das oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo.

- Governação e financiamento: implementar a agenda da modernização das universidades e o quadro de garantia da qualidade para o ensino e formação profissionais.

Desafio estratégico: Promover a igualdade e a cidadania activa – aspectos prioritários a focar em 2009-2010:

- Abandono escolar precoce: reforçar a prevenção, estabelecer uma cooperação mais estreita entre o ensino geral e a formação profissional e eliminar as barreiras que impedem o retorno dos aprendentes à educação ou à formação após um interregno.

- Ensino pré-primário: promover um acesso equitativo generalizado e reforçar a qualidade da oferta e a prestação de apoio aos professores.

- Migrantes: intensificar a aprendizagem recíproca em matéria de boas práticas para a educação de crianças oriundas da imigração.

- Aprendentes com necessidades especiais: incentivar a aprendizagem personalizada, através de um apoio adequado e de serviços coordenados. Integrar esses serviços no sistema de ensino oficial e criar vias de acesso à educação e à formação complementares.

Desafio estratégico: Encorajar a inovação e a criatividade, incluindo o empreendedorismo, em todos os níveis de educação e formação – aspectos prioritários a focar em 2009-2010:

- Competências essenciais transversais: integrar plenamente as competências essenciais transversais nos currículos, na avaliação e nas qualificações.



- Instituições favoráveis à inovação: promover a inovação, a criatividade e o empreendedorismo em todas as formas de aprendizagem através de desenvolvimento de métodos específicos de ensino e de aprendizagem.

- Parcerias: desenvolver parcerias entre os prestadores de educação e de formação e as empresas, as instituições de investigação, os agentes culturais e as indústrias criativas.

Como se propõe a Comissão Europeia monitorizar todos estes objectivos de longo e de curto prazo?

Através do MAC – Método Aberto de Coordenação. O sucesso deste método depende dos compromissos políticos assumidos ao nível da Comissão e do seu impacto ao nível das políticas e reformas nacionais.

Neste sentido, foram constituídas agendas políticas específicas em torno da aprendizagem ao longo da vida para as escolas, a educação e a formação profissionais, o ensino superior e a educação de adultos.

Por outro lado, a aprendizagem recíproca, a transferência de inovação e desenvolvimento destas políticas são elementos centrais do MAC em matéria de educação e formação, contribuindo para a definição de políticas europeias e nacionais e para divulgação e implementação de instrumentos e ferramentas europeus, como o QEQ ou a Recomendação sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. Para além disso, serão utilizados instrumentos como o programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida, que apoiará o desenvolvimento, verificação, transferência e aplicação de novas abordagens e da inovação; as agências europeias, como a CEDEFOP (*Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional*), a Fundação Europeia para a Formação ou a rede *Eurydice* (Rede de Informação sobre Educação na Europa) e os grupos de peritos apoiarão as actividades de investigação e análise.



Um outro eixo de monitorização prende-se com a continuidade da publicação de relatórios intercalares conjuntos, com base nos relatórios nacionais dos Estados-Membros, sobre os progressos realizados e visibilidade das medidas propostas e implementadas.

Porém, o eixo de monitorização que poderá dar uma informação mais consubstanciada em relação aos progressos dos desafios estratégicos propostos, reporta-se aos indicadores e aos valores de referência desenvolvidos no contexto do programa “Educação e Formação 2010”. Como foi referido anteriormente, os resultados obtidos até agora nestes indicadores foram insuficientes comparando com os valores de referência fixados no início do programa. Assim, a Comissão irá propor um debate com os Estados-Membros para, na perspectiva do MAC, enunciar os novos valores de referência para o período 2010-2020:

Desafio estratégico: Fazer da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade dos aprendentes uma realidade – novos valores de referência para o período 2010-2020

- Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida: o valor existente prevê uma taxa de participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida de 12.5% (faixa etária 25-64 anos). Embora se tenham registado progressos interessantes neste valor de referência desde 2002 (a manter-se a evolução actual, o valor fixado seria atingido em 2017), os progressos são irregulares e pouco uniformes entre os Estados-Membros. Consequentemente, a Comissão propõe como novo objectivo a fasquia dos 15% de participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida.

- Mobilidade: Está ainda por fixar um valor de referência com base nas conclusões do Conselho «Educação e Juventude» de Novembro de 2008, que propõe objectivos para a mobilidade dos estudantes universitários, alunos do ensino básico e secundário, para a formação e para os professores e formadores.



Desafio estratégico: Melhorar a qualidade e a eficácia da oferta e dos resultados – novos valores de referência para o período 2010-2020

- Alunos com fraco aproveitamento nas competências básicas: a nova proposta da Comissão propõe que a percentagem de jovens de 15 anos com fraco aproveitamento nas competências básicas (leitura, matemática e ciências) deverá ser inferior a 15% em média, devendo prestar-se atenção à redução das disparidades verificadas entre géneros. Esta proposta visa alargar o âmbito do anterior valor de referência (que apenas abrangia a literacia) sem subir o limiar.

- Línguas: o valor de referência enuncia que pelo menos 80% dos alunos do 3º ciclo do ensino básico deverão aprender pelo menos duas línguas estrangeiras. Em 2000, 40% dos alunos nos primeiros anos de ensino recebiam aulas em duas línguas estrangeiras. Em 2006, esta percentagem subiu para 52%. Pretende-se continuar este aumento e incentivar esta tendência.

- Investimento no ensino superior: este investimento (público ou privado) deverá atingir, pelo menos, 2% do PIB. Actualmente, situa-se em 1,3% do PIB (fontes públicas e privadas). Pretende-se uma aproximação para níveis mais próximos dos principais concorrentes – Japão (2,45% do PIB) e EUA (1,85% do PIB).

- Conclusão do ensino superior: a percentagem de pessoas de 30-40 anos que concluiu o ensino superior deverá ser, no mínimo, de 45%. Actualmente, esta percentagem é da ordem dos 30%. Também neste indicador se pretende uma aproximação para níveis mais próximos dos principais concorrentes – Japão (54% na faixa etária 25-34 anos) e EUA (39% na faixa etária 25-34 anos). O valor de referência actual para os números de licenciados em matemática, ciências e tecnologias foi alcançado.



- Empregabilidade: a Comissão propõe um novo valor de referência (ainda não acordado) para a participação no mercado de trabalho de pessoas com diferentes níveis de instrução. O sucesso no mercado de trabalho está estritamente dependente de nível de instrução de cada cidadão e no futuro esta tendência será ainda mais acentuada.

Desafio estratégico: Promover a igualdade e a cidadania activa – novos valores de referência para o período 2010-2020

- Ensino pré-primário: pelo menos, 90% das crianças com 4 anos de idade deverão ser abrangidas pelo ensino pré-primário. A taxa média de participação da EU já se encontra próxima dos 90% mas este valor encobre grandes variações entre os diferentes Estados-Membros.

- Abandono escolar precoce: a proposta da Comissão é a de que o valor actual de 10% se mantenha, considerando os alunos da faixa etária 18-24 anos que apenas concluíram o 1º ciclo do ensino secundário e que não participa em acções de educação e formação. A proposta de manter inalterado o valor de referência deve-se ao facto de, desde a sua adopção em 2002, os progressos neste domínio terem sido muito lentos.

Desafio estratégico: Encorajar a inovação e a criatividade, incluindo o empreendedorismo, em todos os níveis de educação e formação – novos valores de referência para o período 2010-2020

- Inovação e criatividade: A Comissão está ainda a estudar o desenvolvimento de indicadores que permitam delinear um valor de referência para este desafio estratégico. Os intercâmbios de experiências e de boas práticas entre os Estados-Membros decorreram ao longo de 2009, Ano Europeu da Criatividade e da Inovação.



Notas finais

As competências para a aprendizagem ao longo da vida constituem-se como ferramentas fundamentais para a criação de um ambiente de acção social propício ao desenvolvimento das aprendizagens continuadas dos cidadãos, entendidas como a conjugação de conhecimentos, capacidades e atitudes, consideradas fundamentais para a aprendizagem ao longo da vida e para o desenvolvimento do espírito empreendedor, baseando-se nos postulados da Autonomia, Flexibilidade, Inovação, Mudança, Participação e Cooperação.

A educação escolar e profissional e a formação inicial e contínua são pólos privilegiados para a aplicação e articulação dos saberes e competências curriculares num formato contextualizado, mediante a utilização da metodologia do saber-fazer em acção, potenciando a mobilização de aprendizagens e sua transferência para a resolução de problemas do quotidiano.

Neste sentido, a política de educação e formação continua a ser prioritária para o crescimento e o emprego. A necessidade do aperfeiçoamento de um Método Aberto de Coordenação eficaz e promotor de reflexão e aplicação de políticas de educação e formação que permitam o desenvolvimento sustentável da Europa é um compromisso inadiável.

Os novos desafios estratégicos delineados pela Comissão Europeia até 2020 são ambiciosos mas fundamentais para proporcionar um desenvolvimento continuado dos Estados-Membros e uma aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos.

A elevação do nível das qualificações dos cidadãos europeus, mediante o investimento no triângulo do conhecimento (educação, investigação e inovação), é o aspecto mais fundamental da aprendizagem ao longo da vida, iniciando-se na



educação pré-escolar e prolongando-se pelos diferentes ciclos dos cidadãos, até à pós-reforma.



Referências Bibliográficas e Bibliografia Consultada

Abrantes, P. (coord.) (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação.

Alonso, L. (2000). *Referencial de Competências-chave. Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: Anefa.

Azevedo, J. (2006). Educação e as “Novas Competências” para Todos. *Formar*, 56, 3-9.

Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F., & Ávila, P. (1996). *A literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

Bruner, J. (1977). *O Processo da Educação*. Lisboa: Edições 70.

Bruner, J. (1996). *Cultura da Educação*. Lisboa: Edições 70.

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) (2006). *Melhorar as políticas e os sistemas de orientação ao longo da vida: Utilização dos instrumentos de referência comuns europeus*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Costa, A. F. (2002). Competências para a sociedade educativa: Questões teóricas e resultados de investigação. In *Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis*. Compilação de textos da Conferência Internacional Cruzamento de Saberes, Aprendizagens Sustentáveis, proferidos em Novembro de 2002. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Departamento da Educação Básica (1998). *Organização curricular e programas: 1.º ciclo do ensino básico (2ª Ed.)*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Departamento da Educação Básica (2001). *Gestão flexível do currículo: As escolas partilham experiências*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Departamento da Educação Básica (2001). *Reorganização curricular do ensino básico. Princípios, medidas e implicações*. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

European Commission (EC) (2000). *A Memorandum for Lifelong Learning*.

European Commission (EC) (2004). *Key Competences for Lifelong Learning: A European Reference Framework*.

<http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/basicframe.pdf>

European Round Table of Industrialists (ERT) (1994). *Education for Europeans: Towards the Learning Society*. Brussels: The European Round Table of Industrialists.

<http://ert.be/doc/0061.pdf>

European Round Table of Industrialists (ERT) (1997). *Investing in Knowledge: The Integration of Technology in European Education*. Brussels: The European Round Table of Industrialists.

<http://www.ert.be/doc/0114.pdf>

Giddens, A. (2002). *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Ministério da Educação (2003). *Reforma do Ensino Secundário: Documento Orientador da Reforma Curricular do Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.



Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2005). *Orientação Escolar e Profissional: Guia para Decisores*. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e Instituto de Orientação Profissional.

Perrenoud, P. (1999). “Construir competências é virar as costas aos saberes?”. *Pátio. Revista Pedagógica*, 11, 15-19.

Perrenoud, P. (2000). *Novas competências para ensinar*. São Paulo: Artmed.

Perrenoud, P. (2003). *Porquê construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades*. Porto: Asa Editores.

Roldão, M. C. (2003a). *Gestão do Currículo e Avaliação de Competências: As questões dos professores*. Lisboa: Editorial Presença.

Projecto de relatório conjunto do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do programa de trabalho “Educação e Formação 2010”.

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0703:FIN:PT:PDF>

Sousa, O.C. & Ricardo, M. (2003). *Uma Escola com Sentido: O Currículo em Análise e Debate – Contextos, questões e perspectivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Zabalza, M. A. (2003). A construção do currículo: A diversidade numa escola para todos. In Óscar C. de Sousa & Maria Ricardo (Org.), *Uma Escola com Sentido: O Currículo em Análise e Debate – Contextos, questões e perspectivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.